



CP 045/2018

REESTRUTURAÇÃO CDE

**CONSELHOS DE CONSUMIDORES
CPFL PAULISTA e CPFL PIRATININGA**

Posicionamento

Os Conselhos de Consumidores da área de concessão da CPFL Paulista e CPFL Piratininga entendem ser a presente discussão extemporânea em face do momento por que passa o País, cuja conjuntura política tem contaminado os debates e evitado a profundidade adequada para um tema dessa importância.

As discussões que envolvem a política de subsídios ora em discussão são extremamente amplas e complexo para que em cerca de vinte dias qualquer agente possa apresentar contribuições efetivas, além de haver uma grande dependência de um Congresso que historicamente não toma decisões importantes em momentos eleitorais.

A posição dos Conselhos é de que essa é uma discussão muito atrelada ao modelo regulatório do setor elétrico, haja visto o repasse desse recolhimento por parte da distribuidora que assume responsabilidades que impactam no risco do negócio e portanto na tarifa paga pelo usuário.

Esse entendimento reforça o momento inoportuno para a presente discussão já que as mudanças do marco regulatório sequer começaram no Congresso, o que reconhecidamente pode gerar uma série de distorções em que o usuário pouquíssimo consegue influenciar, ainda mais em ano eleitoral.

Os subsídios abarcados pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE – têm seus fundamentos estabelecidos em Lei, conforme o próprio relatório apresenta, outro importante fator que corrobora o entendimento dos Conselhos com relação a essa discussão.

A visão apresentada pelo relatório sobre a situação atual da Conta de Desenvolvimento Energético (seção diagnóstico) mostra a realidade falida de um Encargo Setorial cujo melhor destino está em sua extinção imediata e assunção de sua responsabilidade por parte do Governo Federal dentro do Orçamento Geral da União.

A posição dos Conselhos é de que não há que se discutir um encargo cuja estrutura sofre constantes questionamentos, inclusive no Judiciário e que onera de forma desigual os Consumidores de energia elétrica no país.

A proposta colocada em discussão apresenta alternativas cujo reflexo efetivo na tarifa é duvidoso já que em nenhum momento foi apresentado à sociedade qual seria a redução esperada, pois não há uma Análise de Impacto Regulatório compondo o rol de documentos disponibilizados.

Assim, sendo, não há outra posição em prol da modicidade tarifária que não seja a extinção imediata desse encargo setorial e o repasse para o Orçamento Geral da União de seus valores por se tratarem de políticas públicas. .

Cordialmente,

Fernando Corradine Nabas
Presidente COCEN CPFL Piratininga
Representante da Classe Industrial

Ruy Bottesi
Presidente COCEN CPFL Paulista
Representante da Classe Industrial